



V A N D E R L E I
SIRAQUE

Sempre Presente



Boletim Informativo do Conselho Político do Dr. Vanderlei Siraque - 17 de Janeiro de 2017

PRESÍDIOS OU ESCOLAS DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS?

Mais uma vez estamos diante de assassinatos dentro dos presídios; isto é, de pessoas que estão sob a custódia do Estado! E, pior, tais massacres ocorrem com aplausos de membros da sociedade e de autoridades



corruptas. A omissão do Estado se repete há anos, independentemente dos governos, já que tais organizações começaram a atuar no RJ nos idos de 1970 e em SP, a partir de 1990! Tudo isso, além de violar os direitos à segurança, à vida e à dignidade humana, geram indenizações a serem pagas pelos contribuintes, conforme o princípio da responsabilidade objetiva, inserido no art. 37, par.6º da Constituição. Os governos da União e das Unidades da Federação sempre apresentam medidas emergenciais paliativas e jamais se importam em tomar medidas estruturais e, assim, tudo fica amenizado por um determinado período e na sequência novos massacres ocorrem acompanhados de novas reações das nossas instituições. Não há prevenção, mas existe uma política apenas reativa, ou seja, espera-se os fatos ocorrerem e depois corre-se atrás deles como o cachorro procurando o rabo. O Judiciário e o Ministério Público têm tanta responsabilidade quanto o Executivo, mas, infelizmente, uma instituição joga a responsabilidade para outra sem o diálogo sistêmico e transversal feito em bases científicas. A omissão das autoridades do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público levam à corrupção, ao domínio dos presídios pelas organizações criminosas, o não respeito às normas da Constituição e da Lei de Execuções Penais e, por fim, o caos. Muitos presos comuns se transformam em membros das organizações criminosas para tentarem sobreviver, mas uma vez filiados dificilmente conseguem se livrar delas, pois mesmo cumprindo as penas legais e pagando suas dívidas com o Estado e a Sociedade, ficarão devendo eternamente para tais organizações e o preço é cometer novos crimes, dentro e fora dos presídios, num verdadeiro círculo vicioso. Enquanto isso, crescem e se multiplicam as organizações criminosas e as autoridades corruptas que vivem das propinas dessas organizações com o intuito de facilitarem as suas ações para dominarem

os presídios, os presos e suas famílias. Uma das questões mais graves são as ideologias de privatização de presídios propaladas pelo Ministério da Justiça, por diversos governos dos Estados e pelos ideólogos do neoliberalismo. A terceirização/privatização poderá levar o crime organizado a gerir, desta vez legalmente, os presídios do Brasil. O perigo da privatização é real. É a raposa tomando conta do galinheiro. Quem tem que gerir os presídios e garantir a

integridade dos apenados e dos

servidores públicos é diretamente o Estado! Para tanto sugiro:

1. O Executivo, o Judiciário e o Ministério Público precisam agir de forma integrada;
2. É necessário a implementação das penas alternativas;
3. O sistema de cumprimento das penas precisa ser nacionalmente integrado e transparente, sob controle institucional e social;
4. Os presos tem que ter o direito à oportunidade de trabalho e de formação profissional e para a cidadania, em todas as fases de cumprimento das penas;
5. A remuneração tem que ser equivalente ao tipo de trabalho e parte dela deve servir para a formação de uma poupança para quando for egresso, para o pagamento de eventuais multas, para as suas famílias e para a família das vítimas;
6. Quanto mais trabalho e estudo, mais rápido o cumprimento da pena;
7. O sistema de saúde dos presídios deve funcionar de maneira adequada, tendo em vista que tais lugares são vetores de disseminação de doenças não somente para os presos;
8. É necessário melhor remuneração e formação continuada para os servidores públicos do sistema penitenciário;
9. É preciso políticas públicas para os egressos.

Enfim, instituições como a Fundação Casa precisam deixar de ser o "colégio do crime"; os presídios ordinários precisam deixar de serem as "faculdades" e os de "segurança máxima" de serem "cursos de pós-graduação da criminalidade". A política pública tem que caminhar para a ressocialização do apenado e deixar de ser apenas reativa para ser preventiva e não um processo fascista de higienização social com os sabidos efeitos pirotécnicos.

V. Siraque, advogado formado pelo Largo de São Francisco-USP, mestre e doutor em direito pela PUC-SP (tese: Direito à Segurança Pública) e autor do livro Controle Social da Função Administrativa do Estado.